

Experimentação narrativa e produção de conhecimento no campo da saúde mental: o dispositivo de Gestão autônoma da medicação

Narrative experimentation and knowledge production in the field of mental health: the autonomous medication management device

André Miranda de Oliveira; Eduardo Henrique Passos Pereira

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

O presente trabalho busca contextualizar o campo conceitual acerca das políticas cognitivas, apostando na construção narrativa como parte intrínseca tanto dos processos de pesquisa quanto da expressão dos resultados encontrados. Aqui, a produção de uma experiência narrativa se apresenta e se produz ao longo do trabalho em si. Assim, ao partir da análise da trajetória de formação em psicologia e do acompanhamento de um Grupo de Gestão Autônoma da Medicação (GAM), nos colocamos a pensar o que são as políticas cognitivas dentro da História da Psicologia e de sua afirmação enquanto Ciência. Com o objetivo de repensar o tema da formação, propomos a discussão acerca da metodologia de pesquisa-intervenção de perspectiva cartográfica, apontando a potência da narrativa da experiência para os estudos da subjetividade. Nesse percurso, apresentamos o conceito de enação e o modo como as definições dos modelos cognitivos impactam nos modelos de formação, especificamente na formação em saúde mental.

Palavras-chave: experiência; política narrativa; enação

ABSTRACT:

The present work seeks to contextualise the conceptual field about cognitive policies, focusing on narrative construction as an intrinsic part of both the research processes and the expression of the results found. Here, the production of a narrative experience is presented and produced throughout the work itself. Thus, starting from the analysis of the trajectory of education in psychology and the follow-up of an Autonomous Medication Management Group (GAM), we set ourselves to think about what are the cognitive policies within the History of Psychology and its claim as Science. With the objective of rethinking the theme of formation, we propose the discussion about the methodology of research-intervention of cartographic perspective, pointing the power of the narrative of the experience to the studies of subjectivity. In this course, we present the concept of enacting and the way in which the definitions of cognitive models impact on the education models, specifically on mental health education.

Key-words: experience; narrative politics; enaction.

E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo têm andado a ensinar?

A maior Flor do Mundo (José Saramago, 2006)

Introdução

Esse texto é uma experimentação narrativa que fizemos por dentro do projeto que nosso grupo de pesquisa vem desenvolvendo desde 2009 com a adaptação, validação e implantação do dispositivo de Gestão Autônoma da Medicação (GAM) em serviços de saúde mental no Brasil. Importado da rede de equipamentos alternativos em saúde mental do Quebec (Canadá), o Guia GAM faz uma aposta na mudança dos modelos de atenção e gestão em saúde mental, tomando como questão a relação dos usuários dos serviços com os psicofármacos. É a experiência com essas substâncias que temos investigado, tomando a relação dos usuários com as práticas de prescrição, dispensação e administração da medicação psiquiátrica como questão problemática a ser pesquisada e alterada. A pesquisa-intervenção participativa é a nossa diretriz metodológica, valorizando e incluindo a experiência dos participantes da pesquisa, usuários e trabalhadores dos serviços de saúde mental. Daí o desafio metodológico de acessar a experiência dos sujeitos como dado da pesquisa – um dado que se acessa pelo compartilhamento da experiência em primeira pessoa nessa relação entre trabalhadores, pesquisadores da universidade, usuários e as práticas ligadas à prescrição medicamentosa em saúde mental. Nesse momento de nosso grupo de pesquisa estamos nos dedicando ao tema da formação dos trabalhadores em saúde, interessados em avaliar, mais especificamente, o impacto da experiência com a estratégia GAM na formação de acadêmicos de medicina da UFF. O que queremos aqui pensar são as políticas cognitivas, de formação e de escrita que devem ser acionadas em uma perspectiva de pesquisa-intervenção participativa. Defender que a produção de conhecimento na pesquisa em saúde é não o desvelamento de uma realidade prévia, mas a sua produção efetiva em uma pesquisa-intervenção nos obriga a colocar em questão o estatuto da realidade dos fenômenos que desejamos investigar. Sujeito e objeto do conhecimento se reequacionam como termos de uma relação de coemergência, o que

implica uma política cognitiva que deve se expressar por práticas narrativas próprias. Queremos nesse texto apresentar brevemente o contexto da pesquisa GAM para nos demorar sobre esses impasses relativos aos modos de conhecer e de narrar o resultado das pesquisas que realizamos.

Quem conta um conto, aumenta um ponto - curiosidades com a formação

Primeiramente, fora qualquer sentimento temerário! Seria um golpe agir com imprudência em um momento tão crucial quanto o princípio. Portanto, nos aconcheguemos para a narrativa que segue.

De início cabe dizer que esta escrita é motivada pelo problema do conhecer: como se conhece aquilo que se garante sabido? Como ensinar algo que se espera que seja conhecido? Estamos atentos à questão da produção de conhecimento. Processos de formação, transformação e conformação sempre suscitam curiosidade. Não sem razão os apresentamos assim tão próximos, pois há uma ideia geral de “forma” enquanto molde, que atravessa todos esses conceitos, e que se coloca hegemônica nas práticas que lidam com eles.

Seja na universidade, na escola ou até na educação infantil, há sempre uma proposta de ensino, um projeto de formação em seguimento. Não se tem muita clareza de quando, mas em algum momento se começa a se incomodar com determinadas estruturas que se repetem nesses espaços. Um incômodo estranho, uma coceira sem lugar. Como o leitor pode imaginar, uma coceira que não possa ser coçada é algo que urge um modo de manejar.

Com isso se disparou, para um de nós, um movimento de experimentação em espaços de formação e é a partir desse ponto de vista que queremos montar nossa narrativa, o que nos permite doravante tomar a voz em primeira pessoa, fala encarnada em uma experiência concreta, localizada, cuja perspectiva marca o modo de habitar o território existencial que designamos de singular.

Curiosamente me guiei sempre para espaços coletivos nos quais vivi experiências muito potentes, primeiro no teatro, depois em um pré-vestibular social. Assim, as ideias do campo da educação vão se preenchendo de um caráter afetivo, tornam-se caras para mim e motivam os primeiros estudos que despertam o desejo por cursar a faculdade de psicologia. Nesses primeiros estudos tive contato com a obra de

Rubem Alves, filósofo e psicanalista brasileiro, à época professor na UNICAMP. Entre os diversos livros do autor, surpreendeu-me muito um em específico, bem fininho, com uma capa vermelha estilizada com a temática de contos infantis e, por dentro, todo grafado em letras graúdas que deixavam cada página com no máximo dois parágrafos, de forma que em um primeiro olhar facilmente podíamos classificá-lo como um livro que teria pouco conteúdo.

Acontece que esse livretinho se chama *Pinóquio às avessas*: uma estória sobre crianças e escolas para pais e professores. Trata-se de uma narrativa sobre Felipe, um garoto cheio de inventividade e criatividade que, aos cinco anos, é apaixonado por pássaros e explorações, até que um dia precisa entrar na cadeia formativa. Cadeia, ops, perdão o ato falho, amigo leitor, lhe juro que não estou comparando nossas escolas a prisões... ainda. Quem sabe mais tarde, não é? Prosseguindo, na referida história Felipe rapidamente vai sendo requisitado a se adequar aos espaços de formação, entrar na “forma”, pois esse é o movimento necessário para posteriormente cursar uma faculdade, formar-se e ser alguém na vida.

Acompanhamos então a trajetória de Felipe, e o vemos deixar de lado seus desejos para se adequar a um projeto de formação. No fim, ele esquece seu amor por pássaros e se forma como técnico especialista em enchimento de linguíças.

Ufa, ao menos ele não foi processado, moído e moldado até se tornar ele próprio uma linguíça, como ocorre aos estudantes no clipe de *Another Brick in The Wall*, do Pink Floyd. Felipe teve um destino diferente... Será, caro leitor ou leitora? Ah, me perdoe relançar a dúvida para ti, longe de mim tentar me esquivar de alguma responsabilidade, e, se mantenho o diálogo ao invés de me esforçar pela distância, não é sem razão. Faço coro com Nietzsche (2008) propondo *ridendo dicere severum*, rindo dizer coisas sérias, pois é rindo que me exponho e confio que será possível compreender que o modo como aqui conversamos compõe mais do que um estilo, mas uma necessidade narrativa para o compartilhamento da experiência. Voltaremos a isso mais tarde, para agora o que cabe é retomar que me soava na época, e ainda soa, muito estranho que alguém que se dedique a estudar o sistema educacional possa construir uma crítica que o relacione a um conglomerado de instituições formadoras de enchedores de linguíça e isso não seja algo estarrecedor. Há no campo da educação no geral um curioso paradoxo que vou nomear aqui de paradoxo da discursividade inaudível. Rubem Alves é um autor que admiro e que me agrada a leitura, por isso

lembro de sua história como exemplo, mas não considero que ele seja de uma genialidade ímpar, uma mente única no vasto campo da educação. Pelo contrário, ele é mais um autor que diz coisas muito semelhantes a diversos outros. Darcy Ribeiro, Célestin Freinet, Maria Montessori, Paulo Freire, dentre inúmeros outros, foram educadores que construíram críticas consonantes, em diferentes países e épocas, mas parece que as instituições de formação e os gestores estatais não os escutam bem, ou não os enxergam, por mais que estejam à vista. E por mais que haja uma vasta produção nas Universidades acerca do campo da educação, e muito seja dito, parece que o tempo necessário para que as estruturas formativas apresentem os efeitos desses discursos é muito grande, afinal, ainda temos um modelo geral de ensino aprendido centrado no professor e fundamentado na transmissibilidade do conhecimento. Inclusive as Universidades que apresentam esses discursos de crítica à proposta vigente de formação, no geral, não aplicam modos alternativos em suas práticas de base. Um paradoxo curioso, não?

A situação do sistema educacional, em sua repetição que remonta ao século XIX em algumas práticas, parece um contínuo purgatório educacional, comumente vendido como um necessário tempo de provações ao qual os alunos devem se submeter a fim de alcançar uma almejada segurança financeira ou realização pessoal. Mas esse possível prazer virá só depois. Para hoje temos o padecimento. Deleuze (1990) nos apresenta a ideia de sociedade de controle, uma constituição social marcada pelas continuidades. No que tange à formação, esta é sempre continuada; é imperativo adquirir um “a mais” de conhecimento, e no horizonte há essa demanda pelo movimento que nunca se conclui, pelo sujeito que sempre pode ser “melhor” e que, enquanto não alcançar essa ideia utópica, ainda não é algo que deveria ser. Está fadado ao tormento.

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: procurar e reconhecer quem e o que, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (CALVINO, 1990)

Mas como então observar o que não é inferno e fazer isso prosperar, multiplicar? Notemos que deixar tão próximos os pensamentos de Deleuze e Calvino nos apresenta um problema. Deleuze critica as sociedades de controle pela continuidade nos sistemas de aquisição de conhecimentos, enquanto Calvino nos indica a saída para o inferno dos vivos pela aprendizagem contínua. Como seguir adiante com o paradoxo de que a

continuidade parece compor tanto com a captura pelos mecanismos de controle como com a afirmação da diferença? Bem, olhemos para o que pode ressignificar estas palavras semelhantes em contextos diferentes. Quando fala de continuidade, Deleuze destaca o que direciona e alimenta o contínuo recomeço na sociedade de controle, capturando as subjetividades nas hipnóticas voltas dos anéis da serpente. A sociedade de controle nos leva por um caminho que se faz por ciclos de continuidades, onde a família, a escola, o trabalho, as especializações, as super especializações, são repetições de um mesmo modo de funcionar. Nunca se termina nada, pois mantemo-nos sempre em uma reconhecimento. Por outro lado, ao falar de atenção e aprendizagem contínuas Calvino não se furta de um aviso que nos é fundamental: tal operação é arriscada. Para nos ajudar a pensar aqui lançamos mão do conceito de experiência de Jorge Larossa Bondía (2002). Segundo o autor, a experiência só existe mediante a exposição do sujeito que faz essa experiência, sendo o ato de fazer a experiência a abertura para que algo nos aconteça. A experiência não é o que acontece, mas o que *nos* acontece. Há necessariamente que se ser afetado ao fazer uma experiência, portanto aí incorre o risco e a indicação que extraio de Calvino: é necessário, na continuidade mesma, realizar uma torção e, por dentro, fazer um relance para a experiência. Ao fazê-lo, conseguiremos meios de perceber melhor esse paradoxal inferno gélido da monotonia e da repetição, podendo diferenciar aquilo que é inferno, do que não é.

A experiência comparece então como fundamental a fim de auxiliar-nos no questionamento: como provocar desvios em formas tão engessadas de formação? No ano de 2012, já cursando a faculdade de psicologia na Universidade Federal Fluminense, aproximei-me de algo que me ajuda hoje a pensar essas questões. Comecei a participar do grupo de pesquisa Enativos: Conhecimento e cuidado. Tal grupo de pesquisa estava às voltas com o processo de validação da versão brasileira do Guia de Gestão Autônoma da Medicação¹ (GAM-BR), uma ferramenta forjada a partir de uma parceria entre UFF, UFRGS, UNICAMP, UFRJ e a Universidade de Montreal, tendo como área de atuação o campo da saúde mental e como problema de base a permanência de um uso pouco crítico dos medicamentos psiquiátricos no Brasil, mesmo após a Reforma Psiquiátrica. (PASSOS, PALOMBINI & ONOCKO-CAMPOS, 2013).

O caminhar que estar nessa pesquisa me permite se relaciona com dois pontos correlatos. Primeiro, aos grupos de intervenção GAM em si, que se apoiam na experiência singular do usuário como meio de incluir o ponto de vista de quem vivencia

os efeitos de psicofármacos no seu cotidiano. É uma abordagem para o reconhecimento ético do valor desta experiência e que aposta que ela conta para uma avaliação qualitativa na gestão do tratamento. Há uma busca, então, por colocar em evidência a experiência do uso de medicamentos. (MELO; SCHAEPI; SOARES e PASSOS, 2015).

O segundo ponto refere-se à metodologia de pesquisa na qual esse grupo aposta. O GAM, enquanto ferramenta, foi traduzido de sua versão original canadense, validado e difundido na realidade brasileira, em uma aposta de pesquisa-intervenção participativa de perspectiva cartográfica.

E do que trata isso? Bem, em uma primeira olhada cabe indicar que a pesquisa participativa é, via de regra, uma estratégia de produção de conhecimento, propondo-se uma ação que desloca a postura das hierarquias entre os diferentes, ou o corporativismo dos iguais, permitindo uma perspectiva nem vertical (hierárquica) nem horizontal (corporativismo), mas transversal, isto é, ampliando a abertura comunicacional entre os grupos – o dos usuários, os dos trabalhadores, o dos pesquisadores universitários – para garantir um modo de conhecer que não se faz na distância de quem fala **SOBRE** mas **COM** alguém ou algo.

No presente caso, temos uma pesquisa com usuários da rede de saúde mental, pensando a autonomia destes em seus tratamentos, a possibilidade de coisas básicas, como conhecer quais medicamentos estão sendo prescritos, seus efeitos colaterais e alternativas de tratamento, e isso é realizado com o protagonismo dos próprios usuários na metodologia de pesquisa.

O uso dessa metodologia advém de e implica uma aposta política. Não se trata de boa vontade do pesquisador em oferecer um espaço, mas sim da compreensão de que só é possível produção de conhecimento que esteja encarnado na experiência. Para tanto, como refletimos um pouco antes, é necessária uma atenção contínua e, acrescentamos, cuidadosa à experiência. Só assim pode-se pensar em trazer o usuário, na singularidade de quem experimenta os psicofármacos, para dialogar com o trabalhador, que muitas vezes ainda ocupa um lugar de cuidado distanciado da experiência do outro. Além disso, trata-se de inserir o pesquisador universitário nesse meio e, ainda assim, garantir a liberdade de relações de expressividade, afetividade e conectividade. Uma diretriz fundamental desse modo de pesquisar é a cogestão que só se efetiva se as diversas vozes envolvidas possam circular. Do doutor ao psicótico, o direito de fala de todos está garantido.

Temos então o Grupo de Intervenção com acadêmicos de medicina da UFF que se constitui como espaço de construção e debate acerca da formação do médico, a partir do compartilhamento das experiências vivenciadas nos diversos ambientes que estes acadêmicos habitam: a universidade, os movimentos sociais e o Grupo de Intervenção com os Usuários, no qual vem sendo desenvolvido um Grupo GAM.

Dar-se-á um enfoque neste último ambiente, pois a aposta dessa pesquisa se faz no entendimento de que, na relação com o Grupo GAM, emerge uma experiência de formação que difere daquela tida como tradicional, percebendo, entretanto, ao mesmo tempo, que os efeitos e dizeres dessa lógica mais dura e tradicional comparecem na relação com o GAM. A partir da experiência GAM novos sentidos são atribuídos à formação do acadêmico, havendo, portanto, um efeito de dobra onde um espaço produz reverberações no outro.

Ao aproximar-se da formação como objeto de investigação com os acadêmicos, a presente pesquisa se percebe também como um espaço formativo, constituindo um efeito de dobra² que produz efeitos tanto nela quanto no campo tradicionalmente entendido como de formação da faculdade de medicina.

Diferentemente do modelo de aprendizado, no qual o aluno seria tomado como objeto de transferência de um conhecimento neutro e científico, entendido pelo aprendiz como verdadeiro, sem permitir-lhe uma reflexão sobre suas condições de produção, o grupo se propõe a reposicionar o acadêmico como pesquisador, estimulando a produção de questionamentos sobre o objeto de pesquisa – a formação médica – analisando sua gênese e suas transformações políticas e históricas.

Hanna Arendt (2002) traz a ideia de que a ação política, quando genuína, tem como sentido necessariamente a liberdade. Em contrapartida, o cidadão livre se define por sua atuação na política, ou seja, participando daquilo que se produz nas relações ENTRE os atores sociais. Tender à liberdade é um desafio, pois, como nos indica Arendt, a liberdade depende de um coletivo que compartilhe dos mesmos direitos. Importante ressaltar que não se fala de um coletivo de iguais, ou um coletivo hierarquizado; para garantir a liberdade não é suficiente um espaço de repetição, ou um mandato de reprodução de ideias. A ação política como prática da liberdade ocorre no âmbito da invenção, que só pode emergir na interação entre diferentes num jogo que entendemos como de transversalidade múltipla.

Mas, seguindo a pista de Calvino, como estar nesta pesquisa ajuda a reconhecer algo que não é inferno para o problema da formação? Acontece que pesquisar segundo uma metodologia de pesquisa-intervenção participativa de perspectiva cartográfica só é possível a partir de um pressuposto inicial de que a produção de conhecimento é uma ação política. Começamos a vislumbrar então o leque de uma nova forma de pensar as questões do conhecimento e da educação. Aquela coceira, estranha inquietação é um incômodo político, portanto fora de cada um, mas ENTRE muitos, e, sendo assim, é possível a mudança. Pretendemos pensar aqui como a experiência com a GAM fortalece espaços nos quais podemos nos conectar, a partir dos quais emergem relações e iniciativas que diferem da repetição gélida do inferno. Preservemos e abramos espaço para a experiência!

Pesquisa-Intervenção Participativa de Perspectiva Cartográfica

Moraes (2010) expõe a existência de uma tradição de pensamento, apresentada como realismo euro-americano, que compreende a realidade enquanto plano pré-existente ao sujeito que busca conhecê-la. Nessa forma de compreensão, estando a realidade dada, cabe ao sujeito do conhecimento desvelar sua ordem e acessar A compreensão e O conhecimento SOBRE os objetos que transitam nessa realidade, marcados os artigos em maiúscula, pois, seguindo o ponto de vista do realismo euro-americano, só há A realidade a ser encontrada quando algum sujeito se aventura na busca por conhecimento. O processo cognitivo é apresentado então como ação de um sujeito de estruturar a forma de representação de algo que já existe no plano da realidade, conhecendo assim seu objeto.

Dependendo de quem seja, amigo leitor, agora pode ser o momento onde dirá “Ah há! Então temos aqui mais um desses pós-modernos dizendo que a ciência não existe? Sendo assim de onde veio o computador onde tu escreveu esse texto, hein?”. Se for o caso, pedimos que se acalme e respire fundo. Não criemos animosidades desnecessárias, afinal, criticar algo não é indicar sua nulidade ou aniquilação. Portanto, sim, pretende-se aqui tecer uma crítica ao conceito de ciência, mas como alargamento de campo, não simples negação.

O grupo que estamos acompanhando atua segundo uma metodologia de Pesquisa-Intervenção Participativa de Perspectiva Cartográfica. Mas, do que exatamente se trata e por que apostar nisso?

Antes de qualquer coisa, trata-se de um compromisso com o esforço empírico que existe na prática de pesquisa, pois esses conceitos dispostos em sequência para designar uma prática operaram como exigências do campo antes de atuarem como apostas teórico-metodológicas.

Portanto, cabe nos demorarmos um pouco em cada um desses pontos que foram aumentados à pesquisa, mais especificamente, à metodologia de pesquisa em psicologia. Acompanhem um pouco dessa história.

A psicologia emerge como disciplina científica tardiamente na modernidade, os primeiros laboratórios de psicologia do século XIX são contemporâneos de feitos milagrosos de outros campos da ciência, como a eletricidade, os primórdios das telecomunicações ou os desdobramentos da química, áreas em franco estado de desenvolvimento de uma época considerada a das grandes descobertas.

Nesse contexto, pensar a disciplina psicologia foi um desafio, pois esta foi tratada por muito tempo como o estudo da alma, ou do sujeito pensante, o que, desta maneira, era relegado ao campo da filosofia, pois seu objeto de estudos não era dessa concretude necessária para a observação controlada. Como Kant (2014) aponta em seus *Prolegómenos a qualquer metafísica futura*, um estudo científico do sujeito do conhecimento é impossível, dado que, para que se produza um saber científico, uma das condições necessárias é justamente que determinado fenômeno que se deseja compreender seja passível de observação por um sujeito do conhecimento. Ora, como observar a observação? Mensurar e controlar o movimento de dobra do cientista sobre si mesmo? Kant (2014) então lança esse imperativo: não é possível realizar um estudo acerca do sujeito do conhecimento como ato transcendente. Algumas respostas foram dadas a essa questão ao longo do último século, em uma tentativa de construir um conhecimento científico que desse conta de explicar de maneira clara e definitiva o que é o sujeito do conhecimento. Entretanto, seja com o Introspeccionismo de Wundt, que faz nascer a psicologia experimental usando a fisiologia para explicar os processos mentais; com Watson, que inaugura o Behaviorismo como campo científico a partir da proposta positivista de tomar o comportamento como objeto da psicologia já que só ele seria passível de efetiva observação controlada; ou com os adeptos do Cognitivismo Computacional, que defendem que é possível compreender os processos mentais a partir da artificialização dos mesmos; algo parece continuamente escapar, deixar incompleto o projeto e abrir caminho para que outra forma de interpretar o problema se sobreponha,

muitas vezes relegando à inutilidade todo o sistema de ideias anterior, tomando-o como antagonista a ser destruído.

Algo se mantém em todos esses projetos. Todos são esforços de acessar a realidade do humano e extrair dele o modo de funcionar da cognição, evidenciar suas leis e prever suas habilidades. Mapear mais este vasto território do conhecimento ficou como missão da psicologia científica.

Pois há ainda essa questão! Após se firmar como disciplina, a psicologia enfrentou a estranha situação de se perceber fragmentada em diversas práticas de atuação, não necessariamente comunicantes entre si – com a marcante distinção entre o campo da psicologia clínica, derivada da prática psicanalítica, e o da psicologia científica ou experimental.

Mesmo com o esforço de autores como Daniel Lagache (1988), psicanalista e psiquiatra francês, que em 1949 apresenta sua obra *A unidade da psicologia*, buscando traçar um plano comum entre esses diversos saberes, as cisões permaneceram: a clínica, com suas diversas abordagens, tinha suas questões; e a psicologia científica, também com diversas abordagens, tinha outras questões. Como o campo da clínica acolhe essa multiplicidade é assunto para outra discussão, certamente também muito interessante; entretanto, aqui o que nos ajuda a avançar é pensar como as práticas em psicologia que se propuseram ao longo do tempo como científicas lidaram com essa multiplicidade, pois, para elas, é possível afirmar categoricamente que isso vem sendo um ponto de tensão.

Um ponto de partida para essa problematização é a tese de Koyré de que a experiência é o contato fenomênico com o mundo, diferente da experimentação científica, a qual comparece enquanto uma “busca de estabelecer condições segundo as quais o fenômeno ganha sentido frente a uma hipótese teórica com a qual o cientista aborda a realidade de seu objeto” (PASSOS, 2015a: 66.). Há, para o paradigma Realista da ciência moderna ou, como citado anteriormente, pela perspectiva do realismo euro-americano, uma necessária existência prévia ao experimento de três elementos: Sujeito, Objeto e Realidade. Faz-se necessário, ainda, para que a análise não se comprometa e o experimento faça sentido, que durante a realização do mesmo esses três elementos não se alterem; do contrário, a neutralidade científica estaria comprometida.

A ciência comparece como uma maneira de operar cognitivamente, mas uma maneira que se constitui em uma requisição de estatuto de verdade. Ou seja, aquilo que for posto em evidência pelo método científico será verdadeiro como representação

daquele objeto naquelas condições na Realidade. Entretanto, neste último século, o que temos visto com o avanço da própria ciência, principalmente pegando como recorte a psicologia que se propõe científica, é que algo transborda.

Para ilustrar esse fenômeno, acompanhemos a trajetória de Kurt Lewin na década de 1930 nos Estados Unidos. Tendo vindo da Alemanha, Lewin traz o arcabouço teórico desenvolvido por lá nessa época e realiza um movimento onde toma a noção de campo da psicologia da Gestalt e desenvolve uma tecnologia de mudança comportamental. Lewin traz uma contribuição que difere das propostas científicas de até então, baseado em seu trabalho com grupos, onde propõe interferir no comportamento dos indivíduos a partir da interação dinâmica destes no grupo entendido como campo de forças, na acepção dada ao termo por Maxwell. Lewin defende que pesquisar, nessa perspectiva, é uma pesquisa-ação, pois o pesquisador deve fazer parte do dispositivo, portanto deve estar consciente de sua interferência, e tem como ação trazer para a consciência dos integrantes do grupo a dinâmica que ali comparece. O pesquisador é, portanto, ele também um ator do campo, sua ação produz modificações no seu objeto. (PASSOS & BARROS, 2000)

É algo com que a perspectiva positivista, hegemônica na época, não compartilhava. Segundo essa corrente teórica, o pesquisador deve ser capaz de se manter “exterior” ao campo que pesquisa. Suas experiências devem ser neutralizadas, em prol do experimento, mesmo estando sempre em relação direta com esse experimento. O experimento não é uma experiência nem nela pode se apoiar.

Lewin faz uma fissura nesse discurso, constrói uma nova perspectiva metodológica a partir de sua experiência com o campo pesquisado e das necessidades que esse apresenta. Entretanto, mesmo colocando em questão a neutralidade almejada na produção de conhecimento, o par sujeito/objeto permanece claro e delimitado na pesquisa-ação: o sujeito, pesquisador, faz a ação conscientizadora sobre seus objetos, os pesquisados. (Ibidem)

A partir da década de 60 essa perspectiva conscientizadora que a pesquisa-ação traz se mostra insuficiente frente às questões que se colocam, permitindo que as influências da psicanálise, com sua valorização dos aspectos inconscientes e da escuta analítica, e as influências dos movimentos políticos, com suas críticas ao centralismo partidário, compusessem com um campo de crítica a todas as formas estabelecidas/instituídas de existência. Uma resposta a esse movimento veio com o

desenvolvimento da ideia de pesquisa-intervenção, forjada por pesquisadores brasileiros a partir de uma apropriação e incorporação dos conceitos da Análise Institucional Socioanalítica francesa.

Radicaliza-se a ideia do ato de pesquisa como ação de intervenção sobre a realidade: “o momento da intervenção é o momento da produção teórica, e sobretudo, a produção do objeto e do sujeito do conhecimento” (ROSSI & PASSOS, 2014). Amplia-se desta maneira o movimento que questiona a pragmática positivista do conhecimento científico. Além de não ser possível uma neutralidade asséptica ao se pesquisar com humanos, apostamos agora que o próprio ato de pesquisa é uma INTERVENÇÃO que produz realidade, objeto e sujeito. Constitui-se, portanto, uma aposta na coemergência dos atores da pesquisa, não em uma existência prévia destes, a ser desvelada.

Na pesquisa-intervenção, conforme a entendemos, é sua dimensão de produção que compromete, inicialmente, a dicotomia sujeito-objeto. Nesta mesma direção, um outro dualismo é abalado quando se afirma o caráter de criação da intervenção, pois as noções de teoria e prática são necessariamente reequacionadas. Tradicionalmente, o momento teórico do conhecimento refere-se à construção lógica de um sistema de inteligibilidade para o objeto, e o momento técnico diz respeito à intervenção prática sobre o objeto. Em se apostando no caráter sempre intervencionista do conhecimento, em qualquer de seus momentos todo conhecer é um fazer. (PASSOS & BARROS, 2000: 74)

Seguir a proposta de pesquisa-intervenção é partir dessa compreensão de que a realidade não é um elemento dado de antemão e que pesquisar intervém nela e produz implicações. Portanto, nesse contexto, cabe valorizar a experiência, não mais a exclusividade e isolamento do experimento que vise justamente a diminuição, ou anulação, dos efeitos da experiência do sujeito, com o fim de tornar evidente a natureza do objeto. Compreendendo que todo conhecimento é implicado e que não estão previamente dadas suas metas, perde-se o sentido de traçar previamente o caminho, faz-se necessário inverter o procedimento metodológico – não mais um metá-hódos, mas um caminhar que traça as metas alcançáveis no próprio processo de pesquisa, um hódos-metá (PASSOS & BARROS, 2009a).

A fim de realizar esse traçado, temos como aposta as pistas para o método da CARTOGRAFIA, as quais se constituem enquanto um esforço teórico-metodológico de um grupo de pesquisadores brasileiros no princípio dos anos 2000 que, unidos por sua afinidade teórica com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, elaboraram tais pistas guiados pela questão: como investigar processos e experiências sem deixá-los escapar por entre os dedos?

Um ponto inicial de consenso foi a não elaboração de regras ou protocolos, mas sim pistas, índices capazes de dar direções e contornos metodológicos para esse *ethos* de pesquisador-cartógrafo, sem almejar a construção de uma “imagem de mundo” fechada e dogmática, tratando-se de estar atento para manejar com a experiência.

É necessário um esforço para empreender esse método. A dimensão de intervenção promove uma abertura que afeta o próprio pesquisador, quase nunca um movimento simples, e a perspectiva cartográfica requer um mergulho na experiência.

É necessária aqui uma atenção à noção de experiência. Retomemos o texto de Bondía (2002), no qual o autor conceitua experiência como aquilo que nos acontece, e não aquilo que acontece. Essa distinção traz a importância de marcar a experiência não como um fato que ocorre por si só, mas como uma operação relacional, que tem o sujeito necessariamente como seu operacionalizador. O sujeito da experiência comparece como o espaço onde tem lugar os acontecimentos – um território, não necessariamente individual, mas certamente sensível, tomado pelo que nos acontece, exposto. O autor vai mais longe ao afirmar que “é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se ex-põe.” (BONDÍA, 2002: 6). Traz com essa afirmação o caráter de abertura e risco que comparece na experiência.

Pensemos de que risco Bondía nos fala, lembrando, se possível, das palavras de Calvino. Se, para que haja a experiência, é necessário entrar em relação com o mundo de maneira que algo nos afete, algo nos aconteça, e entendendo a dimensão temporal da experiência, o risco é o de, na experiência, encontrar algo diferente de si.

- Mas como assim? Que loucura é essa? Não me parece algo sensato...

Sim, tu que nos acompanhas nesse esforço reflexivo certamente percebes: abrir-se para um processo do qual se sai mudado pode ser um tanto quanto assustador. Por ora fiquemos com a seguinte formulação como norte: toda mudança requer ruptura, e a experiência traz as condições para uma formação ou transformação. Sigamos o fio da meada então. Pesquisar lançando mão da perspectiva cartográfica requer um mergulho na experiência, pois há a compreensão de que a produção de conhecimento se dá nesse ato de fazer a experiência, e que esse ato é de formação ou de transformação dos atores envolvidos. Há uma aposta, portanto, no saber da experiência.

Bondía (2002) entende o saber da experiência como uma mediação entre conhecimento e vida, porém o autor indica que, para que possa ser entendido dessa maneira, é necessário colocarmos em análise os conceitos de conhecimento e de vida.

Para ele, o conhecimento no contemporâneo adquiriu o valor de mercadoria, bem intercambiável, enquanto a vida se resume à condição biológica de sobrevivência. Assim, a mediação entre vida e conhecimento se apresenta como a apropriação utilitária da informação, utilitarismo que supre as necessidades do modo indivíduo e, por conseguinte, do capital e do Estado. O saber da experiência não se refere a essa relação, pois a experiência produz um saber encarnado no sujeito que essa experiência faz e no qual ela se faz. Não é algo externo como se suporia ser o saber científico, portanto é produção e composição de uma forma humana de estar no mundo, uma ética (modo de conduzir-se) e uma estética (estilo). Concluindo: “a experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar de nossa própria vida” (BONDÍA, 2002: 8)

Exatamente por isso o método da cartografia opera em um regime narrativo singular: ao narrar as práticas, os campos, as conclusões, tudo é atravessado pela experiência, de forma que a própria narrativa possa dar ensejo a uma experiência para o leitor. Não uma replicação do acontecimento, nem um simples relato, mas uma ferramenta que colhe a potência formadora da experiência do campo e a semeia.

Aqui vai um fato curioso: se estamos às voltas com esse método, em diferentes campos de pesquisa, lendo diversos textos acadêmicos, não por acaso a construção acerca dessa perspectiva metodológica pode fazer mais sentido a partir da leitura de uma obra literária – a literatura tem também essa característica de fazer com que algo nos aconteça.

Acompanhando a narrativa de *O Velho e o Mar* (HEMINGWAY, 2013), seguimos com Santiago, velho pescador do mar do Caribe, que se aventura em águas profundas com sua canoa na busca de superar uma maré de azar que durava oitenta e quatro dias. Nesse campo distante e desconhecido do mar, fisga um peixe espada gigantesco e trava com ele um longo duelo de resistência, tendo como principal aliada sua capacidade de leitura de mundo.

De alguma forma Santiago, sustentando as linhas de pesca, improvisando estratégias na condução do grande peixe, trouxe à memória a atuação do cartógrafo. Sentir as linhas, lê-las, trazer as marcas de fricção no corpo e, na conclusão do processo, encontrar pistas, ao invés de um prêmio. Um índice que provoca mudanças e movimento, não uma descoberta solucionadora. Santiago, depois de uma longa batalha, traz para a praia a carcaça do que foi o peixe, ao invés da riqueza de sua carne, a qual foi comida por tubarões no processo. Não há louros lhe esperando na praia, mas o processo vivido transforma algo no pescador, bem como transforma algo em seu

vilarejo e na relação de seus habitantes com o velho Santiago. Assim lembramos dos diversos campos que acompanhamos, onde, nas intervenções, compareceram atritos e parcerias com o poder público, dificuldades nas saídas dos pesquisadores dos CAPS ou do ambulatório, tensões entre pesquisadores, bem como parcerias com usuários, emergência de associações de usuários e familiares e fóruns de trabalhadores, mas em momento algum soluções finalistas ou panaceias. O cartógrafo está à espreita das aberturas, incentiva os movimentos, o foco está no processo.

Por fim, trata-se aqui de uma pesquisa-intervenção de perspectiva cartográfica que segue uma proposta PARTICIPATIVA, pois compreende que os limites entre sujeito e objeto se atravessam no processo de pesquisar e que, a partir disso, a perspectiva metodológica é a de cartografar esses processos com base em uma valorização da experiência que acontece nos dispositivos do campo onde habitam esses sujeitos, pesquisadores e pesquisados. Desta forma, o saber da experiência passa a ter importância fundamental no processo. Para trabalhar com essa dimensão de saber, é preciso ampliar a participação no processo de pesquisa, abrindo espaço para que se desloque aqueles que historicamente são tidos como objetos sobre os quais se produz conhecimento para um plano participativo de sujeitos com os quais se produz o conhecimento.

Ao pensar a participação em pesquisa, Passos, Palombini e Onocko-Campos (2013) indicam que não pode se tratar de uma fachada de participação, de um envolvimento mínimo ou superficial, mas sim de uma presença ativa dos envolvidos no campo nas diversas fases da pesquisa. “A participação será mais ampla quanto maior número de grupos de interesse estiverem envolvidos, e mais profunda quando os participantes puderem engajar-se em etapas cada vez mais precoces da pesquisa, nas fases de análise e divulgação dos resultados.” (PASSOS, PALOMBINI & ONOCKO-CAMPOS, 2013: 6).

A intenção e aposta dessa metodologia de pesquisa-intervenção-participativa de perspectiva cartográfica é compreender o ato de pesquisa como agenciador de mundo, isto é, como uma política cognitiva.

Políticas Cognitivas e a Cognição Inventiva: Quanto vale uma história de pescador?

Quando criança, com meus sete ou oito anos, nas férias escolares viajava com meus pais para uma pequena cidade no interior de Minas Gerais de onde ambos são originários. Dividíamos o tempo entre uma semana na casa de minha avó paterna, na pequena cidade, e outra semana na roça dos meus avós maternos. Neste segundo espaço, uma das atividades certas de acontecer era a pescaria que eu e meu pai fazíamos em um córrego que passa próximo à casa dos meus avós. Sempre fui uma criança curiosa e, na época, já sabia muitas coisas. Sabia jogar videogames, brincar com bolas de gude e fazer dobraduras. Já sabia ler e sabia também o nome de variadas espécies de dinossauros. Esse último conhecimento eu fazia uma questão razoável de compartilhar com o máximo de pessoas possível, pois considerava algo por demais interessante para que as pessoas ficassem ignorantes disso. Além de todos esses saberes, eu sabia pescar. Não é difícil, te ensino: você precisa de uma vara de bambu, a parte mais da ponta, fininha. Nela você vai amarrar bem amarradinha uma linha de nylon e, na outra ponta, um pequeno anzol. Tendo sua vara de pescar, você pega uma enxada e procura um espaço de terra bem marrom ou preta. Com um ou dois golpes de enxada você vai encontrar minhocas, coloque-as em um potinho – pode ser daqueles metálicos de extrato de tomate – e cubra com terra, para elas ficarem mais tranquilas e para que, caso não esteja em um dia bom para peixes, no fim da pescaria elas estejam bem para você poder soltá-las de novo. Sim, pois há disso, mesmo nos rios há dias que a maré não está pra peixes, aí não aparece nada. Isso eu sei que é assim, mas não sei o porquê. Depois de conseguir as minhocas, siga para o rio ou córrego mais próximo, encontre um remanso, que é uma parte do rio onde a correnteza perde velocidade e onde será mais fácil de encontrar algum peixe. Será que é ali que ele mora? Aí já está além do meu saber. Encontrando esse remanso, você deixa sua isca ali na água e espera em silêncio, sem fazer barulho. O segredo é ter paciência. Nem se mexer muito pode, pois, os peixes conseguem sentir se a gente fica andando de um lado para o outro na margem do rio.

Já vinha pescando assim com meu pai por alguns anos, e sempre pegávamos o mesmo peixe. Voltávamos para casa com um balde cheio d'água com vários lambaris. Antes de voltar, conferíamos se não havíamos tirado da água algum muito jovem ou uma fêmea com a barriguinha cheia para a desova. Se fosse o caso, soltávamos esses.

Caso não o conheça, o lambari é um peixinho assim pequenininho, do tamanho de um dedo, todo prateado, bem comum nos rios, muito bom para se fazer uma fritada, pois ele é tão miúdo que, quando frito, podemos comê-lo sem nos preocupar com os espinhos. Porém, acontece que eu começava a me questionar, ora, ora, por que pegamos

sempre o mesmo peixe, e justo esse tão pequenininho, pai? Será que estamos fazendo algo errado? Ou aqui só tem desse?

Meu pai então sorri, ele sempre foi pessoa de sorriso fácil e piada pronta. Hoje vamos pegar um peixe grande! Escolha uma minhoca bem gordinha e fique em cima desse barranco com a isca para fora do rio. Vou cavar um pouco de terra e jogar na água. No momento que o córrego estiver barrento jogue a isca. Não pode demorar, tem que ser assim que sujar a água, como se tivesse acabado de ocorrer um desmoronamento.

Desconfiei, isso tem cara de armação... Não! Vamos espantar os peixes! O senhor mesmo me ensinou que não podemos fazer barulho! Como vamos ficar jogando terra na água? Não está certo.

André, pode confiar. E foi enfiando os dedos na terra para começar a cavar. Escolhe os locais com cuidado, como se houvesse alguma ciência naquilo, caminha um pouco, dobra a touceira de capim com a bota expondo o solo. Caso goste do que vê, abaixa-se tranquilo e certo. Já com as mãos bem cheias de terra, me faz um sinal com a cabeça, eu ali, com a isca suspensa para fora do rio, observo. Então ele joga a terra que enlameia o córrego. Impossível ver se havia ou não algum peixe abaixo da mancha que se forma, um momento de hesitação... e eu mergulho a isca, sinto um puxão forte, e respondo no susto. Retiro então da água um peixe maior do que os outros, de coloração amarelada brilhante. Conseguimos!!! Olho para o meu pai, que aponta para água enquanto retira o peixe do anzol. A Cará-Dourada sai da toca para comer quando acontece algum deslizamento de terra; ela vem, se não encontrar nada, ela volta, por isso tem que ser rápido, colocar a isca logo que joga a terra. Ela é bem bonita, mas é muito ruim para fritar, tem muitos espinhos grandes, você vai descobrir, afinal, eu é que não vou ter o trabalho de comer esse trem aí...

Nesse momento da história eu me encontrava bastante confuso e desorientado, a proposta que meu pai fez foi totalmente contrária ao ensinamento de como pescar que ele mesmo havia me passado nos últimos anos. O pior é que funcionou, o que colocou em dúvida para mim se eu sabia como ser um pescador de verdade. Curioso como nos apegamos muitas vezes àquilo que sabemos e damos a isso valor de verdade, não? Aproveitemos para pegar aqui um questionamento importante que abre essa seção: qual a relação entre conhecimento e verdade?

E, já que falamos tanto de rios, a quem lê indico: respiremos fundo, pois mergulharemos em águas profundas, dando continuidade a uma reflexão sobre o que vem a ser o conhecimento.

Ao longo da história humana, sempre tivemos conhecimentos que deixaram suas marcas nas civilizações que construímos e ajudaram a moldá-las. Um compêndio de coisas conhecidas é de importância pragmática e vital em qualquer sociedade, de qualquer tempo. E, para tê-lo, houve já diversas estratégias, algumas arquitetônicas, como a dos povos astecas, ao conseguir prever as estações de plantio ou épocas de enchentes pela posição das estrelas em relação a seus grandes templos piramidais. Ou mesmo as tradições orais em narrativas em prosa, como as fábulas, ou em poemas, como a *Ilíada* de Homero, que por séculos transmitiu uma narrativa acerca da Guerra de Tróia. Há também uma estratégia com a qual estamos bem familiarizados no contemporâneo, o registro escrito. Em comum entre todas, o esforço de nosso aparato cognitivo para fazer uso e compartilhar esses conhecimentos, seja através da memória, da linguagem, da percepção, etc. Trata-se de facilitar o desenvolvimento ou garantir a manutenção disso que é considerado verdadeiro.

Mantemo-nos na questão da verdade, mas, afinal de contas, o que confere a um conhecimento organizado o estatuto de verdade: as evidências externas ao sujeito que conhece ou a experiência de conhecer?

Para o paradigma das ciências naturais, a resposta é simples: a verdade se encontra em evidências externas ao sujeito do conhecimento, e a este cabe unicamente encontrar métodos para ter acesso a ela. Para tanto, é privilegiado o experimento e não a experiência. Tudo o que seja da ordem da experiência do sujeito incorre no risco de ser falso, pois não é compartilhável. Mesmo que passem pela mesma situação, duas pessoas podem fazer experiências diversas. Como encontrar a verdade em tal situação? O conhecimento verdadeiro, pelo contrário, é aquele que se torna evidente para todos que a ele têm acesso.

É importante seguirmos com calma, pois o que é proposto aqui é justamente o questionamento de ideias com modelos teórico-experimentais já estabilizados, o que pode ser entendido como a hegemonização de um paradigma científico, situação essa que produz um sentimento de unidade ou universalidade em relação ao dito modelo explicativo, o que corresponde à crença de que chegamos à “natureza” de determinada coisa. “É contra uma crença estabelecida ou opinião que a ciência, mais cedo ou mais tarde, se insurge – contra essa opinião que já se tornou excessivamente confortável e

que por isso mesmo vai perdendo força frente aos novos problemas ou aos novos desafios que o pensamento se impõe” (PASSOS, 2015b: 134).

Entretanto, o conhecimento oferecido pela ciência não parece ser da ordem de uma opinião, haja vista que se constitui a partir do rigor experimental, de onde derivam as evidências sobre os objetos de estudo. Para refutar um conjunto de opiniões, a ciência moderna se arma de um arcabouço argumentativo que requer para si a verdade natural do mundo. Seu argumento opera em uma realidade estática e imutável, a qual é possível ter acesso.

Diversas foram as tentativas para forçar os estudos do campo da psicologia dentro desse paradigma que se propõe a tornar evidente a realidade que se esconde aos olhos da experiência cotidiana. Assim, a tradição do realismo euro-americano entende que o processo cognitivo nada mais é do que a estruturação representacional de algo que existe no plano da realidade. Entretanto, tal perspectiva encontra um limite diante da complexidade da cognição humana e de seus desafios, pois tem dificuldade de encontrar meios de tornar evidente este objeto de estudo. O processo de conhecer não se faz plenamente controlável ou previsível conforme o modelo experimental da ciência.

Diversas abordagens teóricas buscaram sanar esse problema sem sucesso até que na primeira metade do século XX uma maneira alternativa de abordar a questão compareceu. O paradigma do estruturalismo computacional postula a compreensão de processos cognitivos não mais pelo método experimental, mas pela produção de artifícios: o experimento cede lugar à simulação. Assim, ao invés de elaborar condições para que meus objetos, no caso o pensamento, a memória, a inteligência, a percepção, etc. se façam observar, eu construo uma estrutura artificial que simule esses fenômenos, e ao simular e reproduzir tais fenômenos compreendo que detenho o conhecimento sobre eles (PASSOS, 2015b). O modelo de conhecimento se altera, tendo como base explicativa o computador. O ato cognitivo torna-se então uma organização informacional a partir do transporte de informação do meio para o organismo.

A virada que a ideia de Inteligência Artificial presente no estruturalismo computacional traz é de grande importância, pois produz um deslocamento de grande potência nos estudos da cognição. Esse aspecto tão marcadamente compreendido como característica do humano passa a ser explicado a partir de máquinas que operam de forma similar a nós. A inteligência ou a percepção deixam de ser entendidas como uma essência do humano e passam a ser explicadas como uma lógica de funcionamento.

Ganha força a ideia de que os processos mentais são a dimensão *soft* de um *hardware* que pode ser o nosso corpo, o computador do escritório ou o termostato da geladeira, em níveis distintos de complexidade, mas obedecendo a uma mesma lógica. Atentemo-nos para o fato de que, tanto na perspectiva do realismo quanto na do estruturalismo computacional, o que está em jogo é ainda uma ideia de verdade como representação.

Histórias de pescador, o problema da verdade e agora Inteligência Artificial... Que bagunça! Sim, sim, devo confessar que tecer esta história não é fácil. Peguemos um pouco de ar para seguir no mergulho.

Falamos neste tópico da questão do conhecimento, e é importante que fique claro que pensar o conhecimento é pensar também as formas de conhecer, por isso há sempre uma dobra entre o que se conhece e como é possível conhecer. Aproximamo-nos dessa questão discutindo como a ideia de verdade comparece como garantia para o conhecimento em um paradigma que percebe o ato de conhecer como representação de uma realidade pré-existente que é acessada pelo experimento ou pela simulação.

Abrimos esse tópico com a narrativa de uma lembrança dos meus tempos de pescador, no sul de Minas Gerais, e meu desconcerto ao sentir que meu conhecimento era ameaçado em seu valor de verdade. Seria meu conhecimento pesqueiro falso? Mantenhamos a dúvida por hora, e com esse breve respiro sigamos.

Falando de lembranças e coisas do passado, lembro-me que o grupo de pesquisa Enativos: Conhecimento e Cuidado no passado realizava estudos na área da cognição tendo como tema de pesquisa a faculdade da memória. Recorramos então a um trabalho realizado por esse coletivo de pesquisadores e que nos apresenta reflexões importantes para o tema da verdade e do conhecimento. No artigo Memória e Alteridade: o problema das falsas lembranças (EIRADO et al, 2006), é apresentada uma discussão acerca do ato de conhecer, tendo como fio condutor os estudos da experiência de falsas lembranças – fenômeno que Loftus (*apud* EIRADO et al, 2006) inicialmente designou de *new memories* – ou seja, a situação em que determinada pessoa tem uma lembrança de algo que não ocorreu segundo o acordo social, embora não se possa dizer que esteja mentindo, já que a experiência mnêmica é efetiva. Ao tratarmos do fenômeno das falsas lembranças, entramos em um impasse, pois se perspectivamos o ato de lembrar pela lógica das ciências naturais, segundo as quais todo conhecimento que se produz é a representação de uma realidade objetiva e anterior a esse conhecimento, a memória passa a ser a representação mental de um fato objetivo do passado, e qualquer discordância que a lembrança tenha com esse fato objetivo entra na categoria de erro ou

falsidade. Porém, ao nos aproximarmos de pessoas que têm a experiência de uma memória que não condiz com essa suposta realidade prévia, não percebemos, necessariamente, um desejo de mentir, um engano, ou mesmo uma imprecisão mnemônica ou esquecimento. Nestes casos, costumam lembrar-se, e bem, do ocorrido, apenas não de forma diretamente conectada a esse passado objetivo.

Abre-se então uma questão: não sendo a memória exclusivamente a representação mental de um evento do passado, do que se trata? Para Elizabeth Loftus (*apud* EIRADO et al, 2006), a experiência mnemônica resulta de combinações criativas de fatos e ficções. Trata-se de um modelo reconstrutivista da memória. O ato de lembrar, portanto, passa a ser compreendido mais como um processo criativo do que como o acesso a uma informação do passado (EIRADO et al, 2006).

Aqui algo fundamental para nossa problemática comparece: a dimensão criativa. Introduzir a invenção na compreensão do que vem a ser a cognição necessariamente força o campo de estudos a lidar com a problemática temporal, com a questão de que isso que se pretende como objeto de estudos não é algo imutável em sua natureza. É preciso levar em conta o tempo.

Virgínia Kastrup (2015a) nos ajuda nesse caminho, ao indicar alguns pontos e apresentar a teoria da autopoiese, de autoria dos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela. Para tanto, a autora nos lembra que, no campo da cognição, temos basicamente dois eixos de estudos: aqueles partidários da eternidade, que entendem os processos cognitivos como invariantes formais, ou seja, mesmo que o conteúdo de percepções, memórias e pensamentos seja distinto entre os sujeitos, a forma pela qual tais processos operam é semelhante em todos e invariante, e aqueles que defendem que a forma de apreender o mundo é sensível às variações históricas pois em constante processo de fazer-se e refazer-se como faculdade cognitiva sensível às perturbações do presente. Maturana e Varela, no entanto, apostam em uma terceira via, a politemporalidade, cuja novidade é a de colocar junto das condições históricas um presente vivo, que funciona como problematização das condições históricas.

O problema não é entender o funcionamento cognitivo como produzido historicamente, mas sim como o presente é capaz de promover rachaduras nos estratos históricos, nos antigos hábitos mentais, nos acoplamentos estruturais estabelecidos e produzir a novidade. Para pensar condições politemporais foi preciso liberar a força do presente, desamarrá-lo do passado, liberá-lo dos constrangimentos históricos. (KASTRUP, 2015a: 98).

Ao trazer o foco para o presente, temos a valorização de dois aspectos. O primeiro é o da experiência, pois a experiência sempre se dá na duração do momento presente, mesmo a experiência mnemônica é uma lembrança que nos ocorre e nos afeta no momento presente. E, ao trazer a atualização da cognição para esse plano presente, Kastrup a traz como invenção de si e do mundo. A memória se constitui no momento presente e, simultaneamente à constituição da memória, constitui-se um sujeito que lembra. Ser um pescador só se atualiza no aprendizado em ato de pegar um peixe. Maturana e Varela compreendem o vivo como unidade autopoietica a partir da fórmula $SER = CONHECER = FAZER$. O conhecer para Maturana e Varela é uma ação que produz a si e ao mundo, sendo essa a característica fundamental de todo ser vivo. Tal como em Bondía (2002), a existência se constitui por uma relação encarnada do conhecer com o viver.

A biologia do conhecimento, ou teoria da autopoiese compõe com o caráter criativo do vivo, e é capaz de se acoplar à compreensão representacional da cognição, por uma relação de ampliação na qual o sistema autopoietico criativo comporta também a lógica experimental da evidência ou a cibernética do cálculo. A operação inversa, no entanto, não é possível: a lógica do cognitivismo computacional não abarca o fator criativo dos seus próprios sistemas. (KASTRUP, 2015b)

Desta forma, o domínio cognitivo deixa de ser um campo de representações de uma realidade pré-estabelecida e passa a ser perspectivado como domínio experiencial. Ou seja, a ação cognitiva não é compreendida pelos autores como o acesso à determinada realidade, mas sim constante produção de si e do mundo.

Ainda nesse raciocínio, os autores apresentam o conceito de *breakdown*, que é o momento de problematização ou hesitação, a quebra de uma continuidade que garante o fluir da conduta. Como funciona esse paradoxo? Varela desenvolve o entendimento de *breakdown* como uma perturbação, ou seja, diante de qualquer situação problema há um espaço temporal de ruptura em que há uma bifurcação da solução. A linearidade da cognição é então substituída por uma dissimetria de dinâmica caótica. Defrontar com um problema, então, não produz a reconhecimento ou a repetição de uma solução, mas enseja o comparecimento de variadas soluções, simultaneamente, ou mesmo a criação de problemas, a partir e com essas soluções – assim, a característica do *breakdown* vem a ser a fonte do lado autônomo e criativo dessa cognição viva. Os autores trazem um correlato dessa experiência na própria neurociência: atividades caóticas nas oscilações sinápticas de 5 a 10 milissegundos, que antecedem a formação de agregados funcionais

de neurônios, que seriam os estados de estabilização da experiência. A importância do conceito de *breakdown* está ainda em ancorar a performatividade cognitiva no presente imediato que não comparece como ponto na linha cronológica, mas como problematização das estruturas históricas.

A pausa, ou ruptura que faz a experiência de *breakdown* pode ser muito breve, como os milissegundos da atividade neural, ou pode ser mais perceptível, como o momento de hesitação antes de lançar a isca na água. O que é fundamental que pensemos aqui é justamente essa função autopoietica atribuída à cognição, sua autonomia de criar os próprios problemas, bem como suas soluções, ao hesitar na certeza de ser um pescador o menino se equivoca, e na equivocação se expande. Hesitar, quebrar a linearidade, é um movimento necessário para que algo novo seja criado, caso contrário resta apenas repetição.

Ocorrendo nesse presente imediato, a cognição se dá em um plano concreto, não mais em uma abstração que conecta um ser a uma realidade separada dele. Os autores fazem essa amarração através do conceito de *enaction*, que traduzimos por enação. Nesse entendimento, conhecer deixa de ser a sistematização do acesso a algo pré-existente e passa a ser a produção de conhecimento em ato. No esforço de conhecer, o sistema cognitivo transforma, intervém, faz existir (*enact*) nesse movimento mesmo de produzir conhecimento COM os atores da experiência (MORAES, 2010).

A crítica à perspectiva representacional a destitui do paradigma da verdade e passa a ser um modo de produção de conhecimento que não dá conta da questão da invenção. Essa crítica aposta em uma política cognitiva inventiva que se configure pela enação e não pela representação. Como nos diz Kastrup: “aprender a viver em um mundo sem fundamentos é inventá-lo ao viver” (KASTRUP, 2015a, p.109)

Talvez seja confuso e um tanto quanto assustador nos desapegarmos da ideia de que a realidade é algo dado e que aquilo que conhecemos seja insuficiente para controlar o mundo a nossa volta. Como na lembrança com que esse tópico se inicia, que nossa hesitação seja um *breakdown*, que possibilita a criação e a autonomia, e não um entrave na insistência em se prender a um modo único de pensar. Afinal, há peixes que só comparecem em águas turvas e no momento presente.

Concluindo: a política da narratividade no contexto da pesquisa-intervenção

Temos defendido que na pesquisa qualitativa em saúde é sempre de narrativas que tratamos. Quando usamos instrumentos de colheita de dados como entrevistas, grupos focais, questionários, observação participante ou diários de campo, trabalhamos com maneiras de narrar seja dos participantes ou sujeitos da pesquisa, seja do pesquisador ele mesmo. Os participantes das pesquisas e os pesquisadores compõem um tecido discursivo que se apresenta através de textos cuja forma e conteúdo estão entrelaçados na composição do sentido da realidade investigada. Daí a necessidade de não nos furtarmos a assumir posição numa certa política da narratividade (PASSOS & BARROS, 2009b).

A maneira de narrar mais do que expressar a estilística do pesquisador, indica sobretudo a concepção de realidade adotada. Nesse sentido, tomar a realidade como efeito do ato de conhecer ele mesmo implica assumir uma dimensão ficcional do relato da pesquisa: a realidade sempre se artificializa segundo as formas expressivas que a faz aparecer como fenômeno de sentido. A política da narratividade, portanto, está atrelada a uma política cognitiva (KASTRUP; TEDESCO. & PASSOS, 2015) que, por sua vez, deve orientar os processos formativos não só dos pesquisadores em saúde como dos trabalhadores. A produção de conhecimento, conseqüentemente, traz consigo uma tomada de posição frente à realidade, o que nos implica politicamente. Esse é o *ethos* da pesquisa. “...podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político” (PASSOS & BENEVIDES, 2009b: 151)

Na pesquisa GAM, temos nos interessado atualmente pelos processos formativos dos trabalhadores da saúde, interrogando o impacto causado pelo acesso dos acadêmicos à experiência de cogestão nas práticas de prescrição de psicofármaco em um dispositivo em que se lateralizam trabalhadores e usuários de serviços de saúde mental. Apostamos assim na produção de narrativas outras, as quais comondo com a experiência de trabalhadores, usuários e pesquisadores do sistema de saúde sejam capazes de potencializar o campo de produção de conhecimento, afirmando seu caráter político de forma a sair da posição passiva de quem sofre para a ativa de quem se engaja em um processo de mudança de si e do mundo.

Referências

- A MAIOR Flor do Mundo. Direção: Juan Pablo Etcheverry. Narração: José Saramago. 10 min, color. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YUJ7cDSuS1U>>, acessado em 26 de fev. 2018.
- ALVES, Rubem. *Pinóquio às avessas*. Uma história sobre crianças e escolas, para pais e professores. Verus, 2005
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* 3º ed. RJ, Bertrand Brasil, 2002.
- BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência, *Revista Brasileira de Educação*, Nº 19, pp. 20-28, 2002.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*, ed. Companhia das Letras, SP, 1990.
- DELEUZE, Gilles. Post Scriptum sobre a sociedade de controle, 1990.
- EIRADO, André do. et al., Estratégia de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia & Sociedade*; 22 (1): 84-94, 2010
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a pedagogia do oprimido*, 23ª ed. Paz e Terra, São Paulo/Rio de Janeiro, 2016
- HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o Mar*, 62ª ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*, Estação Liberdade, São Paulo, 2014.
- KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. & PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*, Porto Alegre: Sulina, primeira reimpressão, 2015.
- KASTRUP, Virgínia. A cognição Contemporânea e a Aprendizagem Inventiva. In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia & PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*, Porto Alegre: Sulina, primeira reimpressão, 2015a.
- _____. Autopoiese e Subjetividade: Sobre o Uso da Noção de Autopoiese por Deleuze e Guatarri. In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia & PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*, Porto Alegre: Sulina, primeira reimpressão, 2015b.
- LAGACHE, Daniel. *A unidade da psicologia*. Tradução de Clara Felgueiras. Lisboa: Edições 70 (conferência pronunciada em 1949), 1988.
- MELO, Jorge; SCHAEPI, Paula; SOARES, Guilherme e PASSOS, Eduardo. In: BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília : Caderno HumanizaSUS, v. 5. 548 p. Ministério da Saúde, 2015.
- MORAES, Márcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Márcia e KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- NIETSCHE, Friedrich. *Ecce Homo, como se chega a ser o que se é*. Lusosofia Press, Covilhã, 2008.
- PASSOS, Eduardo. Pensando a Subjetividade com conceitos híbridos: A psicologia em Interface com a Filosofia e a Biologia. In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO,

- Silvia & PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*, Porto Alegre; Sulina, primeira reimpressão. 2015a
- _____. O Ver e o Observar: A Experiência Fenomênica e o Experimento Científico. In: In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia & PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*, Porto Alegre: Sulina, primeira reimpressão. 2015b.
- PASSOS, Eduardo, & BARROS, Regina Benevides. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Abr, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079, 2000.
- _____. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre - RS, Sulina, 2009a, p. 17 - 31
- PASSOS, Eduardo., BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* ed. Porto Alegre : Sulina, 2009b, p. 151-172.
- PASSOS, Eduardo. PALOMBINI, Analice. de Lima. & ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Estratégia cogestiva na pesquisa e na clínica em saúde mental. *ECOS*, V. 3, Nº1, 2013.
- ROSSI, André & PASSOS, Eduardo. A. Análise Intitucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil, *Revista EPOS*; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 1, jan-jun de 2014; pág. 156-181.

André Miranda de Oliveira
Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense
E-mail: andre_miranda@id.uff.br

Eduardo Henrique Passos Pereira
Professor Titular na Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia
E-mail: e.passos1956@gmail.com

¹ Em 1999 é publicado em Québec, Canadá, o Guia de Gestão Autônoma da Medicação – *Mon guide personel* (Meu guia pessoal), com o intuito de ser uma ferramenta concreta para o manejo e reflexão a partir das experiências dos usuários de medicamentos psiquiátricos. No ano de 2009 é realizada uma parceria entre um grupo de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras (Unicamp, UFRGS, UFF e UFRJ) e pesquisadores da Universidade de Montreal com o intuito de estabelecer um projeto multicêntrico para adaptar o Guia de Gestão Autônoma da Medicação para a realidade brasileira.

² Essa noção de um plano que dobra sobre si próprio pode ser visualizada a partir de uma imagem que auxilia na sua compreensão. A Banda de Moebius – criação do matemático alemão August F. Moebius –

é uma superfície não orientável, isto é, sem frente nem costas. O artista Holandês Mauritus Escher desenvolveu uma grande quantidade de obras baseadas nesse conceito, as quais estão disponíveis na internet. A escolha por utilizar essa imagem está no fato de ela ser uma construção gráfica que sustenta o paradoxo e a coemergência, experiências que nos acompanharão ao longo do texto.